

EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE E O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA TODOS

**Solange Aparecida de Aquino Testoni¹
Josilda Maria Belther²**

Resumo

O presente artigo analisa a educação de jovens, adultos e idosos (EJAI), modalidade de ensino amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996. Em seu artigo 37 a referida lei dispõe que a educação de jovens e adultos é um mecanismo que oportuniza o retorno à escola aos estudantes que não puderam estudar na idade certa. O objetivo deste trabalho é mostrar a importância que essa modalidade de ensino vem apresentando para reintegrar esses alunos na sociedade, diminuindo a desigualdade social e a exclusão educacional. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico através de pesquisa com autores que analisam esse tema, dentre eles o educador Paulo Freire, referência mundial em educação, em especial na alfabetização de adultos. Os dados da última PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019), mostram que as necessárias conquistas legais devem se constituir como porta de entrada para uma discussão mais aprofundada sobre a origem histórica desta modalidade educativa. Isso nos faz questionar o porquê de ainda haver, em pleno século XXI, pessoas que nunca tiveram contato com uma sala de aula e também por que milhões precisaram interromper os estudos e outros puderam concluir sua formação básica, e até ingressar no ensino de nível superior, sem se preocupar com causas mais urgentes. A Educação de Jovens, Adultos e Idosos, aumenta a capacidade do indivíduo em melhorar sua perspectiva de vida através da Educação, talvez não eliminando, mas, diminuindo a desigualdade social.

Palavras-chave: Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Desigualdade social, Educação.

EDUCATION OF YOUNG PEOPLE, ADULTS AND MAY PEOPLE: THE RECOGNITION OF THE DIVERSITY AND THE DELETE TO EDUCATION FOR ALL.

Abstract

The present paper analyses youth, adults and the elderly education, a teaching modality supported by the Law of Directives and Bases of National Education of December 20, 1996. This law establishes the guidelines and bases of national education, more precisely in its Article 37, stating that youth and adult education is a mechanism that provides opportunities for reintegration to those

¹ Discente. Matrícula: BT3002918. Curso: Licenciatura em Pedagogia – EPT. Instituto Federal de São Paulo. Polo: Bragança Paulista. E-mail: solangeatestoni@gmail.com .

² Doutora em Educação Escolar, Docente do Instituto Federal de Educação de São Paulo. E-mail: josilda@ifsp.edu.br

who were unable to study at the right age. The objective of this theme is to show the importance and visibility that this type of education has been presenting to reintegrate these students into society, fighting school dropout at any level of education, reducing social inequality and educational exclusion. For this, a bibliographic survey was carried out through research with authors such as the educator Paulo Freire, a world reference in education, especially in adult literacy, who relate to this topic. Data from the last Continuous PNAD (Continued National Household Sample Survey, 2019) show that the necessary legal achievements must constitute a gateway to a more in-depth discussion about the historical origin of this educational modality. This makes us question why, in the 21st century, there are still people who have never had contact with a classroom and also why millions had to interrupt their studies and others were able to complete their basic training, and even enter higher education, without worrying about more urgent causes. The Education of Youth, Adults and Elderly, increases the individual's ability to improve their perspective of life through Education, perhaps not eliminating, but reducing social inequality.

Keywords - Youth, Adult and Elderly Education, Social Inequality, Education.

EDUCACIÓN DE JÓVENES, ADULTOS Y MAYORES: EL RECONOCIMIENTO DE LA DIVERSIDAD Y EL DERECHO A LA EDUCACIÓN PARA TODOS.

Resumen

Este artículo analiza la educación de jóvenes, adultos y adultos mayores (EJAI), un tipo de educación respaldada por la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB) del 20 de diciembre de 1996. En su artículo 37, la referida ley dispone que la educación de jóvenes y adultos es un mecanismo que hace posible que los estudiantes que no pudieron estudiar a la edad adecuada regresen a la escuela. El objetivo de este trabajo es mostrar la importancia que viene mostrando este tipo de educación para la reinserción de estos alumnos en la sociedad, reduciendo la desigualdad social y la exclusión educativa. Para ello, se realizó un levantamiento bibliográfico a través de una investigación con autores que analizan este tema, entre ellos el educador Paulo Freire, referente mundial en educación, especialmente en alfabetización de adultos. Los datos de la última PNAD (Encuesta Nacional Continua por Muestreo de Hogares, 2019) muestran que los logros legales necesarios deben constituir una puerta de entrada a una discusión más profunda sobre el origen histórico de esta modalidad educativa. Esto nos hace cuestionarnos por qué, en pleno siglo XXI, todavía hay personas que nunca han tenido contacto con un salón de clases y también por qué millones tuvieron que interrumpir sus estudios y otros pudieron completar su educación básica, e incluso ingresar a la educación superior, sin preocupándose por causas más urgentes. La Educación de Jóvenes, Adultos y Adultos Mayores, incrementa la capacidad del individuo para mejorar su perspectiva de vida a través de la Educación, quizás no eliminando, pero sí reduciendo la desigualdad social.

Palabras clave: Educación de Jóvenes, Adultos y Mayores, Desigualdad Social, Educación.

Introdução

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos é o retrato das desigualdades sociais e econômicas do Brasil. Isto ocorre porque existem duas faces desse problema: na primeira delas

uma escola excludente diante da diversidade e na outra, o direito de aprender independentemente da idade e condição social.

Estamos em pleno século XXI e muitos cidadãos continuam sendo privados de ir à escola. Conforme dados do IBGE de 2019, o Brasil tem pelo menos, 11,3 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetas e cerca de 6,8% de analfabetismo. Uma solução encontrada pelo governo para diminuição desses índices foi à criação da modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, destinada a garantir os direitos educativos da população com 15 anos ou mais que não teve acesso ou interrompeu os estudos antes de concluir a Educação Básica (BRASIL, 2019).

Sabemos que a Educação é fundamental para que a população participe da vida cultural e social de um país para garantir melhores condições, mas, isto não ocorre para os jovens de classe social desfavorecida, pois a necessidade de contribuir para a renda familiar, sendo através do trabalho ou ainda através do cuidado aos irmãos menores e a própria subsistência, são as prioridades de muitos adolescentes que habitam periferias e pequenas comunidades à margem de grandes centros urbanos.

As altas taxas de analfabetismo são decorrentes dessa pobreza, pois, o analfabetismo é a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais, falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego, e não bastam apenas os programas sociais para resolver o problema do analfabetismo, eles devem vir acompanhados de políticas públicas (GADOTTI, 2022).

A construção de uma escola gratuita e acessível para toda população brasileira tem sido historicamente uma importante bandeira ideológica para educadores e entidades políticas. Por mais que essa luta seja válida, pois tem como objetivo a qualidade do ensino e permanência escolar nos últimos anos do ensino médio, o atendimento a diferentes públicos e as suas necessidades especiais, por muito tempo foi deixado à parte nessa discussão (LIBÂNEO, 2012). Não existe consenso sobre os objetivos e a função da escola no cenário atual, mas tende-se a avaliar o ensino pelo atendimento às demandas econômicas, políticas e sociais. O objetivo deste artigo é mostrar a importância do EJA para a possível formação profissional e melhor perspectiva de vida para esses cidadãos.

Buscar diminuir essa desigualdade através de ações que motivem esse grupo ao retorno escolar significa pensar em melhores condições teóricas e práticas para sua capacitação, pensar na formação inicial e continuada de professores especializados e principalmente rever políticas públicas capazes de mudar essa realidade.

Um Breve Histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A educação para jovens e adultos no Brasil inicia-se com os jesuítas durante o período da colonização com a alfabetização e com o intuito de catequizá-los e convertê-los à religião católica. Segundo Haddad e Pierro (2000, p. 109), além de difundir o evangelho, ensinavam normas de comportamento e os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, logo depois, aos escravos negros.

Posteriormente, foram criadas escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos, mas, com a ascensão ao poder de Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil e a educação de adultos deixou de ter relevância (BEZERRA; SANTANA, 2011), iniciando assim, um processo de elitização da educação, que priorizava a formação das classes dominantes, exceto as mulheres e os filhos primogênitos, já que estes últimos cuidariam dos negócios do pai. A educação superior era exclusiva para os

filhos dos aristocratas que quisessem ingressar na classe sacerdotal e os demais estudariam na Europa (Universidade de Coimbra) e voltariam letrados ao Brasil para administrá-lo.

Dessa forma, a educação brasileira foi sendo demarcada por uma situação peculiar que era o conhecimento formal monopolizado pelas classes dominantes. Somente no Império voltou-se a ter informações sobre ações educativas no campo da educação de adultos (HADDAD; PIERRO, 2000).

Em 1824, foi promulgada a primeira Constituição brasileira que, no que diz respeito à educação, garantia instrução primária e gratuita a todos os cidadãos. Porém, essa lei “não apresentou um referencial concreto de mudanças na garantia de uma educação para todos os cidadãos” (POUBEL; PINHO; CARMO, 2017, p.127), pois somente eram considerados cidadãos aquele que pertencia a elite econômica e os homens livres.

A responsabilidade pelo ensino público foi descentralizada com a proclamação da República, em 1889, e a promulgação da segunda Constituição, em 1891. Durante a Primeira República, surgiu grande quantidade de reformas educacionais, pois, o ensino básico estava muito precário causando grande preocupação por parte dos dirigentes do país. Essas reformas pouco produziram em termos educacionais, já que não havia orçamento para garantir a execução das propostas. Segundo Haddad e Pietro (2000, p. 110), “O censo de 1920, realizado 30 anos após o estabelecimento da República no País, indicou 72% da população acima de cinco anos permanecia analfabeta”.

Esses índices mostravam que o acesso à educação e também às outras políticas sociais, ainda era muito desigual e que esse déficit histórico precisava de mais comprometimento por parte dos governos para ser sanado. Assim, nas primeiras décadas do século XX, mais especificamente as décadas de 1920 e 1930, a população e os educadores passaram a exigir mais atenção com a educação de jovens e adultos por parte do estado (HADDAD; PIERRO, 2000), uma vez que sua história é construída à margem do sistema educacional, através da luta dos movimentos sociais.

Iniciou-se na década de 1930, a industrialização do país, surgindo a necessidade de mão de obra qualificada e alfabetizada. As consequências disso foram o surgimento de propostas para a educação da classe trabalhadora (VENTURA, 2006) através de mudanças profundas nos rumos da escola.

Simões (2010) relata que a criação de escolas populares contribuiu para a segregação e a manutenção da desigualdade social, impondo os interesses das classes dominantes sobre a sociedade civil, escancarando que o ensino realmente se diferenciava conforme a classe social atendida. As escolas populares eram responsáveis pelo ensino técnico e primário, enquanto as escolas de elite eram responsáveis pelo ensino secundário e superior.

Este é o cenário do surgimento de uma educação dual, da diferenciação entre a educação ofertada para a classe proprietária e a educação daqueles que precisavam vender sua força de trabalho para sobreviver. A estes foi ofertada uma educação que ensinasse o básico e também uma profissão, um ofício. Assim, a educação variava claramente conforme a classe social atendida (SILVA; MURARO, 2015).

O Plano Nacional de Educação, criado em 1934, estipulou o ensino primário integral obrigatório e gratuito para os cidadãos adultos, “sendo considerado o primeiro plano na história da educação brasileira que previa um tratamento específico para a educação de jovens e adultos” (STRELHOW, 2010 p.52).

Segundo o mesmo autor, em 1938, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) que através de suas pesquisas deram origem ao Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1942, cujo objetivo era “realizar programas que ampliassem e incluíssem o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos”.

Pouco tempo depois, este fundo foi regulamentado, indicando que 25% dos recursos deveriam ser empregados na educação de adolescentes e adultos. A Educação de Jovens e Adultos como é conhecida atualmente surgiu em 1947 através da criação do Serviço de Educação de Adultos (SEA), ofertado pelo Departamento Nacional de Educação e Saúde (BAPTISTA, 2013).

Com o passar dos anos, campanhas de educação para adultos e adolescentes foram sendo lançadas, tanto por entidades religiosas como também por instituições da sociedade civil. Algumas as caracterizavam como os causadores da marginalidade e da miséria no país, já outras argumentavam que os problemas sociais e a ausência de escolas primárias eram as causas do analfabetismo e propunham uma educação baseada no diálogo e na promoção do homem como sujeito de sua própria história.

Em 1958, ocorreu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, destacando a experiência do grupo de Pernambuco, liderado por Paulo Freire. Esse congresso marcou um novo período da educação no Brasil, caracterizado por reflexões sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços de vários grupos em favor da educação da população adulta (HADDAD; PIERRO, 2000).

Assim, o fim da década de 50 e início da década de 60 foi marcada por muita mobilização social em torno da educação de adultos. Vários movimentos, como por exemplo, o Movimento de Educação de Base, o Movimento de Cultura Popular do Recife e a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende, através da influência freireana, identificavam que o analfabetismo não era o resultado de uma situação de pobreza, mas efeito de uma sociedade injusta, e buscavam também a valorização advinda do saber da cultura popular (STRELHOW, 2010).

O golpe militar de 1964 acabou com os programas de alfabetização que assumiam uma linha metodológica mais crítica e humanizadora. Contudo, com o fim do período militar, surgiram várias experiências oriundas da sociedade civil e do governo visando a alfabetizar e profissionalizar trabalhadores desempregados e subempregados (MOLL, 2010), principalmente resgatando ideias da proposta de 1964 que possibilitavam aos alunos uma leitura crítica da realidade, o desenvolvimento de uma consciência crítica, o incentivo à participação popular e a luta pelos direitos sociais do cidadão (BEZERRA; SANTANA, 2011).

Na década de 1990 foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que reconheceu a EJA como uma modalidade de educação e ensino e como um direito público subjetivo, mas continuou referindo-se a ela como “cursos e exames supletivos”, estigmatizando-a mais uma vez como educação supletiva (RAMOS, 2010).

No âmbito das instituições federais de educação profissional, depois de muitas idas e vindas sobre a natureza da Educação Profissional e Tecnológica, instituiu-se, em 2006, o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos) visando a “construção de uma política pública de aproximação entre escolarização e profissionalização e de ampliação do acesso e da permanência de jovens e adultos na educação básica” (MOLL, 2010). Essa integração entre educação de jovens e adultos com a educação profissional visava não só a formação dos sujeitos para o mundo do trabalho, mas sua formação integral (BRASIL, 2007).

O Proeja foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O programa teve inicialmente como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Foi ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), através do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006.

Passou a contemplar os seguintes cursos na modalidade de educação de jovens e adultos: Educação profissional técnica integrada ao ensino médio; Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio; Qualificação profissional, incluindo a formação inicial e continuada integrada ao ensino fundamental; Qualificação profissional, incluindo a formação inicial e continuada concomitante ao ensino fundamental; Qualificação profissional, incluindo a formação inicial e continuada integrada ao ensino médio; Qualificação profissional, incluindo a formação inicial e continuada concomitante ao ensino médio ((BRASIL, 2007).

O atendimento ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocorreu também no: Programa Mulheres Mil, realizado pelas instituições da Rede Federal; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) e via Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific), no caso do reconhecimento de saberes e certificação profissional, tendo em vista peculiaridade dos perfis do público e especificidades relacionadas aos processos de aprendizagem.

Ampliar a oferta de Educação Profissional Tecnológica (EPT), articulada com a educação básica é um grande desafio ainda a ser superado, constituindo-se uma meta do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), com a expectativa de que, pelo menos 25% da oferta da matrícula de EJA esteja integrada à EPT.

Para implantação do Proeja diversas ações foram realizadas, dentre elas destacam-se: Financiamento para abertura de cursos do Proeja ofertados nas redes federal e estadual; elaboração de documentos base da política; oferta de cursos de formação continuada para profissionais da educação e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*; inserção contributiva visando melhorar o processo educativo e minimizar a evasão escolar; incremento de recursos da assistência estudantil da Rede Federal para o atendimento de jovens e adultos matriculados no Proeja e fomento a oferta de curso Proeja FIC Fundamental, junto aos municípios, inclusive, com a articulação de processos de certificação profissional.

A EJAI, a democratização da educação e a Constituição Federal vigente (BRASIL, 1988) asseguram: a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (Art. 205); que o ensino fundamental seja público, gratuito e obrigatório, independentemente da idade, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria (Art. 208); e busca superar o analfabetismo ao desenvolver o ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades (Art. 214).

Contudo, a sociedade brasileira não conseguiu efetivar a educação básica para todos na idade regular, permanecendo a desigualdade e a exclusão tanto social como educacional.

As contribuições de Paulo Freire

Paulo Freire (1921-1997) foi o mais célebre educador brasileiro e um dos mais respeitados intelectuais de todos os tempos da pedagogia, em nível mundial, com atuação e reconhecimentos internacionais. Conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, ele desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político.

A influência de Paulo Freire na modalidade da Educação de Jovens, Adultos e Idosos é extremamente rica e positiva, devido à metodologia criada por ele, a qual permite a ligação do

educando com o mundo em que vive, sem causar no aluno a sensação de que se encontra fora dele. Paulo Freire pretendia com a alfabetização de jovens e adultos, contribuir para que os alfabetizados se sentissem sujeitos no processo de aprendizagem da escrita ao optarem por aquilo que desejassem aprender a escrever e para que tivessem autonomia de elaborar hipóteses sobre o funcionamento do sistema de escrita. Teve influência no movimento da pedagogia crítica e criou a “Pedagogia do Oprimido”, método de alfabetização de adultos, implementado no Brasil e em diversos países no exterior. Sua metodologia tornou-se notória pela proposta interdisciplinar, pelo desenvolvimento do pensamento crítico dos educandos, para que estes pudessem intervir em suas realidades e pela crítica ao que chamou de “modelo bancário de educação”, modelo tradicional de ensino em que o aluno não é ativo em seu processo de aprendizagem e ao professor cabe o papel de transferir o conhecimento, sem dar voz ao aluno.

Para o autor, a pedagogia tradicional constitui uma educação autoritária que educa para a passividade e obediência e não para a reflexão sobre o processo de aprendizagem e sobre o mundo em que vive. Segundo Freire, o papel do professor no processo educativo não deve restringir-se à apenas de transmitir conteúdos, mas sobretudo ensinar a “pensar certo”, a criticar o que ler e pesquisar, ser curioso e, acima de tudo, respeitar os saberes do aluno. O educador Paulo Freire foi consagrado como Patrono da Educação Brasileira, que revolucionou a pedagogia do país ao refletir sobre a construção de uma escola democrática e uma nova abordagem na relação entre educador e educando, que se colocava como base do aprendizado a troca horizontal de saberes e experiências.

Desigualdade social e exclusão educacional na Educação

A desigualdade social é a diferença existente entre as diferentes classes sociais levando-se em conta fatores econômicos, educacionais e culturais. É um mal que afeta o mundo, afetando especialmente países que se encontram em desenvolvimento (PORFÍRIO, 2022). A desigualdade pode ser medida por faixas de renda em que são consideradas as médias dos mais ricos em comparação às dos mais pobres. Podem ser utilizados como dados para o cálculo da desigualdade, fatores como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), a escolarização, o acesso à cultura e o acesso a serviços básicos como saúde, segurança, saneamento etc.

A desigualdade social tem origem nos processos relacionados à sociedade. Ela limita, rotula, condiciona e prejudica o status e a classe social de uma pessoa ou de um grupo, interferindo em sua qualidade de vida, pois, qualidade de vida e renda caminham juntas. Essa realidade desigual e excludente, leva ao aumento da pobreza, da má qualidade da alimentação e a fome, más condições de moradia, falta de saneamento básico, saúde precária, alta taxa de mortalidade infantil, violência, desemprego. Conforme a desigualdade social aumenta, a população é afetada de diversas maneiras, diminuindo a motivação das pessoas em lutar por mudanças que transformem o mundo e a si próprias (BORGES, 2022).

A desigualdade social na educação está retratada na falta de acesso, na reprovação, na distorção idade- série, abandono, evasão escolar, e a cultura do fracasso escolar (consequência para um aluno da não apropriação do aprendizado), pois, a condição de pobreza faz com que crianças e jovens não frequentem adequadamente ou abandonem a escola, pela necessidade de trabalhar para seu sustento, olhar irmãos menores para que os pais possam trabalhar, falta de escolas no entorno, falta de transporte e outros, abandonando seus sonhos de um futuro melhor para si e para seus familiares.

O papel da escola no combate à desigualdade social é fundamental, pois a Educação é um dos alicerces para acabar com a desigualdade social, a exclusão social e educacional do

país. Temos que ter um planejamento voltado para o crescimento do país, geração de empregos e políticas públicas capazes de diminuí-la.

No Brasil essa desigualdade se apresenta na educação, através da falta de acesso ao sistema escolar, mostrando a existência das condições muito desiguais da oferta educacional, de acessos a padrões diferentes de qualidade educacional, falta de qualidade no ensino das escolas públicas, falta de materiais escolares básicos, infraestrutura inadequada, bibliotecas e até mesmo na desvalorização da formação inicial e continuada de professores. Nesta dinâmica, a desigualdade social encontra no sistema educacional brasileiro uma de suas bases de sustentação, o que nos obriga a rever o caráter das instituições de ensino, que atuam passivamente nesse processo.

A escola pode colaborar para diminuição da desigualdade social e exclusão que ocorre em seu ambiente de diversas maneiras, pois, sendo ela o foco principal da aprendizagem, pode incentivar os alunos a combater e acabar com as diferenças e preconceitos respeitando todas as diversidades existentes no mundo, através da conscientização da importância da Educação, palestras, debates, cartazes e tantas outras ações educativas que promovam senão a eliminação, ao menos a diminuição dessa desigualdade.

E a Educação de Jovens e Adultos e Idosos, no mesmo sentido, contribui para que desigualdades educacionais sejam reduzidas, contribui para a inserção dos indivíduos no mundo do trabalho, para uma conscientização dos problemas sociais e uma participação mais cidadã, lutando para a transformação social e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Freire e a desigualdade social e a exclusão educacional

A educação é expressão do processo da democracia, por isso devemos indagar por qual motivo, em um país que se diz democrático, a grande parte da população nem sequer conclui o ensino fundamental? O papel da educação no cenário da exclusão e da desigualdade social, é muito importante, pois, não basta apenas aumentar a renda de um cidadão, uma vez que, como afirma Paulo Freire, a educação deveria ser exercida como prática da liberdade. O analfabeto pode ser "educado" ou alfabetizado, no sentido amplo da palavra, aprendendo a refletir sobre sua própria realidade, o que iria contribuir para a libertação em detrimento da opressão social. E é tendo acesso à informação que o cidadão saberá reivindicar os seus direitos.

Paulo Freire foi o pioneiro da Educação de Jovens e Adultos, defendia a ideia de alfabetização de adultos diferenciada, baseada nos círculos populares de cultura, que naquele período, alicerçavam-se na educação popular. Suas ideias e propostas de alfabetização de adultos, visavam a adequação de métodos que respeitassem a diversidade de regiões e pessoas do país. Defendia o diálogo e a interação como princípios, para garantir a libertação do aluno e o direito à educação básica (FREIRE, 2022). Para Freire a alfabetização é um ato criador, no qual o analfabeto aprende criticamente a necessidade de aprender a ler e escrever, preparando-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-lo na medida em que a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. O método freireano foi desenvolvido na década de 1960 na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte, onde seu foco a princípio era a formação de jovens e adultos.

O objetivo maior da educação para Freire, é a conscientização e entendimento do aluno em relação a sua situação desfavorável na sociedade, isto é, a partir do seu conhecimento, seu pensamento crítico, desenvolvendo sua autonomia conseguiria se libertar e encontrar seu lugar no mundo. Assim, qualquer iniciativa para combater a desigualdade social e a exclusão educacional, deve-se iniciar pelo acesso à educação gratuita e de qualidade a todos, especialmente para jovens e adultos que não puderam concluir o ensino fundamental ou não

estudaram na idade correta por motivos diversos e também através da requalificação profissional, garantindo perspectivas de melhorias à todos. Não resta dúvida de que a Educação é um dos pilares para acabar com a grande desigualdade social e a exclusão do país.

Considerações finais

Após esse estudo fundamentado em um referencial teórico foi possível constatar que mesmo sendo a educação um direito subjetivo de todos, um direito amparado pela Constituição Federal e outras lei ordinárias e infraconstitucionais, em pleno século XXI, ainda nos deparamos com cidadãos que nunca tiveram contato com uma sala de aula e os que abandonaram a escola devido às desigualdades sociais existentes em nosso país. Apesar dos avanços e da maior visibilidade que tem tido nos últimos anos a Educação de Jovens, Adultos e Idosos ainda há muito a se fazer e a se instituir em termos de políticas educacionais. Há ainda muitas dificuldades para a reintegração dos alunos na escola e isso é requisito para a sua participação na vida cultural e social do país, por meio de seu trabalho, garantindo melhores condições para satisfação de necessidades, melhora de vida e ampliação de sua participação na vida social.

A educação de Jovens, Adultos e Idosos como modalidade de ensino amparada por lei deve vir acompanhada por políticas públicas, que contribuam para diminuir o abandono e a evasão escolar, acolhendo e garantindo a permanência com sucesso e aprendizagem de todos os estudantes. Faz-se necessário um maior número de ações e políticas de garantia do bem-estar social, incluindo acesso à saúde e educação de qualidade para todos, emprego e assistência momentânea para aqueles que estão fora do mercado de trabalho e através da qualificação e capacitação, melhorar suas condições e expectativas de vida. Paulo Freire, com sua pedagogia que ainda mostra-se tão atual, e com seu método de alfabetização, nos ensinou que é possível através da educação, haver uma transformação capaz de diminuir a grande desigualdade social existente, pois, através da educação podemos transformar os Homens e os Homens, transformados, com autonomia e criticidade, podem contribuir para transformar o mundo.

Referências

AGENCIA IBGE. **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. 2020a. Disponível em:

[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-dametade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-dametade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino%20m%C3%A9dio) médio. Acesso em: 02 jul. 2022.

BAPTISTA, Anderson José Lisboa. A integração da educação profissional a educação de jovens e adultos: novos rumos para EJA no século XXI? In: **36ª Reunião Nacional da ANPED**. Goiânia, 2013. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/integracao-da-educacao-profissionaleducacaode-jovens-e-adultos-novos-rumos-para>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BEZERRA, Giovani Ferreira; SANTANA, Maria Silvia Rosa. A educação de jovens e adultos: notas históricas e proposições críticas. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v.2, n.5, p. 93-103, 2011. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/592/0>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BORGES, R. Brasil tem maior concentração de renda entre o 1% mais rico. In: **El País**, 14/12/2017. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html. Acesso em: 02 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996)**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**.

Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio. Documento Base. Brasília, MEC, agosto de 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 7/2010, de 14 de dezembro de 2010**.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 02 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de educação 2014-2024. Lei nº**

13.005/2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planossubnacionais-deeducacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005>

2014#:~:text=Art.,214%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal. Acesso em: 11 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J.E (Org). **Educação de jovens e adultos: teoria , prática e proposta**. 12.ed., São Paulo: Cortez 2011. 35-47. Acesso em: 11 jun. 2022.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Sao Paulo, n. 14. Maio/Agosto/2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2019: educação**. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Universidade Federal de Goiás, 2012.

MOLL, Jaqueline et. al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 131-138.

MORENO, Ana Carolina. Em uma década, Brasil perde um terço das escolas para adultos com aula de ensino fundamental. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/06/em-uma-decadabrasil-perde-umterco-das-escolas-com-aula-do-ensino-fundamentalpara-adultos.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2022.

PORFÍRIO, Francisco. “Desigualdade social”. **Revista Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia.desiguadade-social.htm>. Acesso em: 11 jun. 2022.

POUBEL, Clarissa Menezes de Souza; PINHO, Leandro Garcia; CARMO, Gerson Tavares

do. Uma arena de tensões: a história da EJA ao PROEJA. **Cadernos de História da**

Educação, v. 16, n. 1, p. 125-140, jan-abr. 2017. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38242>. Acesso em: 02 jul.

2022.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et. al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre:

Artmed, 2010. p. 42-57.

SANT'ANNA, Sita Mara Lopes. Ensino Supletivo ou EJA? Sentidos e perspectivas da formação continuada de professores no Rio Grande do Sul. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 20, n. 2, p. 9-29, jul/dez. 2015. Disponível em:

<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/2236-6377.15.11>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SILVA, Sara; MURARO, Darcísio Natal. Relações entre democracia e educação na obra de Paulo Freire. **Revista Eletrônica LENPES-PIBID de Ciências Sociais – UEL**, n. 5, vol. 1, jan/dez 2015. Disponível em:

http://www.uel.br/revistas/lenpespibid/pages/arquivos/5%20Edicao/06%20ARTIGO_%20SARA%20et%20al.pdf. Acesso em: 02 jul. 2022.

SIMOES, Carlos Artexes. Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores. In:

MOLL, Jaqueline et. al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 96-119.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 18 jun. 2022.

VENTURA, Jaqueline P. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos. UFF, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:
<http://cpa.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/educacao-jovensadultos-trabalhadores-revendomarcos.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.